

RESENHA

**Partidos e eleições no pensamento político de Wanderley
Guilherme dos Santos (1962 – 1986)**

Daniela Costanzo¹
Rafael Marino²

Resumo: O texto analisa as obras de Wanderley Guilherme dos Santos referentes a partidos e eleições, passando principalmente por suas análises do Golpe de 1964, e divide tais leituras em três momentos fundamentais, os quais se diferenciam pelas opções teóricas e metodológicas do autor em relação ao paradigma da autonomia da política frente às esferas social, econômica e cultural, fundamental para a Ciência Política na forma pela qual se consolidou no Brasil.

Palavras chave: Pensamento político e social brasileiro; teoria política; partidos e eleições; ciência política brasileira; Wanderley Guilherme dos Santos

Recebido em: 22 de janeiro de 2017

Aceito em: 2 de abril de 2018

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Contato: danicosper@gmail.com

² Mestrando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Contato: rafael.marino50@gmail.com

Parties and elections in the political thought of Wanderley Guilherme dos Santos (1962 - 1986).

Abstract: This text aims to analyze the works of Wanderley Guilherme dos Santos concerning parties and elections, focusing mainly on his analyzes of the 1964 Coup, and divides these readings into three fundamental moments, which are differentiated by the theoretical and methodological options of the author in relation to the paradigm of the autonomy of politics relative to the social, economic and cultural spheres, fundamental for Political Science in the way in which it was consolidated in Brazil.

Key-words: Brazilian political and social thought; political theory; parties and elections; Brazilian political science; Wanderley Guilherme dos Santos.

1 – Introdução.

Wanderley Guilherme dos Santos é um filósofo e cientista político brasileiro, nasceu em 1935 no Rio de Janeiro, graduou-se em filosofia em 1958, foi professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e fez doutorado em Ciência Política em Stanford. No início da carreira, dedicou boa parte de seus estudos a entender o pensamento político e social brasileiro, empenhando-se em sistematizar as obras sociais e políticas brasileiras dos séculos XIX e XX (Santos, 1967; 1970; 1978; 2002)³. Deste empreendimento resultaram livros e artigos de extrema relevância para as ciências sociais brasileira, já muito debatidos na literatura (Lynch, 2013) (Ricupero, 2016).

A partir dos anos 1960 e 1970, o autor começa a se dedicar de modo muito mais enfático ao campo da Ciência Política na forma como ele começava a ser concebido à época⁴ e produz uma vasta obra, da qual o modelo de "cidadania regulada" (Santos, 1979; 1998) poderia ser citado como de maior repercussão no campo.

Tendo como base o contexto social, político e acadêmico da produção intelectual de Wanderley Guilherme dos Santos, este trabalho pretende entender o pensamento do autor no que diz respeito a partidos e eleições. Para isso, no entanto, é preciso recorrer a variados textos de Santos que possibilitam traçar uma linha de análise coerente com sua trajetória e contexto. Assim, optou-se por dividir os trabalhos deste em três momentos principais baseados no paradigma da autonomia da política em relação às esferas social, econômica e cultural, dado que tal paradigma é reconhecido como decisivo no campo da Ciência Política brasileira (Forjaz, 1997; Keinert e Silva, 2010).

O primeiro período concentra-se nos livros *Quem dará o golpe no Brasil* (1962) e *Reforma Contra Reforma* (1963), os quais não tratam da questão dos partidos e eleições diretamente, mas permitem compreender a visão do autor sobre as dinâmicas de classes e a relação entre política e sociedade no início dos anos 1960, ou seja, na eminência do golpe militar. Os temas dos livros são condizentes com o contexto: o primeiro trata da possibilidade de golpe militar no Brasil e o

³ Textos como "Paradigma e história", publicado entre os anos 1974-1975 e "A práxis liberal no Brasil", publicado em 1978 - sendo ambos posteriormente coligidos no volume de 1978, *Ordem burguesa e liberalismo político* - suscitaram fortes debates com Boulivar Lamounier (1977) e Héglio Trindade (1976). O primeiro argumentava que Santos mostrava-se simpático ao "autoritarismo instrumental" e de que, no fundo, o pensamento autoritário brasileiro não tinha como ponto de fuga uma sociedade liberal, baseando-se em uma "ideologia de estado" contrária ao liberalismo autêntico, cujo fundamento seria o mercado. Já o segundo, afirmava que o paradigma de Santos era por demais generalista, algo que mostrava seus limites no enquadramento errôneo dos integralistas. Para mais sobre o debate ver Lynch (2013) e Ricupero (2016).

⁴ Como será mostrado mais adiante no artigo, Forjaz (1997) e Keinert e Silva (2010) argumentam que a Ciência Política no Brasil, nomeada desta forma a partir dos anos 1960, representou uma ruptura com os estudos que vinham sendo feitos anteriormente marcada principalmente pela influência das ciências sociais norte-americanas e pela concepção de autonomia da política perante as demais esferas do social.

segundo aborda as reformas de base, pautas da agenda política no início dos anos 1960. Ambos possuem um caráter crítico, o primeiro quanto à democracia vigente e o segundo quando ao populismo.

O segundo período, caracterizado como período de transição, pode ser representado pelos artigos *Eleições, representação, política substantiva* (1971) e *As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro* (1977). Nestes dois artigos, o cientista político versa sobre a especificamente do comportamento eleitoral no Brasil. É possível identificar neles algumas mudanças em sua visão sobre a política brasileira, caracterizando-se já como obras do campo em formação da Ciência Política no Brasil, entendida como campo autônomo da sociologia e economia (Forjaz, 1997; Keinert e Silva, 2010). Os dois artigos podem ser vistos como complementares de sua visão sobre o comportamento eleitoral no Brasil, pois a ideia presente já no trabalho de 1971 é complementada pelo artigo de 1977.

O terceiro período é marcado pela tese de doutorado defendida em 1979, em Stanford, e publicada em livro em 1986 sob o título de *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Este livro pode ser visto como o fim da transição do pensamento do autor, que reivindica, na obra, a autonomia do político em relação aos outros campos e coloca o golpe militar como resultado de uma crise política, argumentando que não seria possível explicar o golpe sem levar em conta as especificidades da esfera política, e, sobretudo, suas instituições.

Outras obras certamente seriam relevantes para compreender a totalidade do pensamento de Wanderley Guilherme dos Santos, mas optou-se por estas, já que são representativas das três fases aqui delineadas.

2 - Início dos anos 1960 e da produção acadêmica de Santos.

Em 1963, Santos inicia uma pesquisa sobre a filosofia brasileira na Biblioteca Nacional sob orientação de Álvaro Vieira Pinto, assentada em um intenso levantamento de obras sobre o Brasil dos séculos XVIII e XIX (Lynch, 2013). Tal investigação guiou Santos aos poucos a abandonar a Filosofia e se concentrar nas Ciências Sociais, incluindo também as obras do século XX. Nesse bojo, Santos identificava uma produção original brasileira, ao contrário da interpretação recorrente no ISEB, instituição da qual fazia parte e na qual o pensamento predominante era de que não havia produção autônoma no Brasil devido ao processo da colonização (Ibid.)⁵. Santos entendia que o pensamento brasileiro deveria ser estudado para compreender dilemas contemporâneos do Brasil.

⁵ Para mais sobre alguns pontos da relação entre Wanderley Guilherme dos Santos, ver Moreira (2010).

Em 1964, o ISEB fecha com o golpe militar, de modo que o cientista político continua suas pesquisas no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) a partir de 1965.

Ainda no ISEB, escreve, em 1962, *Quem dará o golpe no Brasil*, livro da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, dirigida por Álvaro Vieira Pinto e Ênio Silveira, cujo objetivo era atingir o público em geral, portanto, de caráter não estritamente acadêmico (Lovatto, 2010). Este texto é interessante pois mostra sua visão sobre o golpe, assunto que será retomado em obras posteriores e que perpassa as fases do pensamento do autor tratadas aqui. Logo no começo do livro, afirma ser o golpe um fenômeno social, devendo ser tratado como tal, de sorte que o que deve ser buscado e combatido são suas causas sociais (Santos, 1962: 11). Ao longo do livro, desenvolve uma análise da conjuntura e da sociedade brasileiras, a qual aponta basicamente para o fato de a minoria privilegiada sempre querer tirar direitos da maioria explorada. É possível observar uma visão de classes da sociedade brasileira no texto de Santos, que aborda frações como setores da burguesia industrial, trabalhadores e estudantes. Outro aspecto importante da obra é de o filósofo colocar em cheque a existência de uma democracia à época, argumentando que o regime vigente não era tão diferente de uma ditadura militar, dado que a democracia formal ali poderia ser considerada uma ditadura econômica e política, comandada pelas classes dominantes em defesa de seus privilégios. Duas expressões de tal ditadura por ele apontada seriam o fato de mais da metade da população brasileira ser analfabeta e por isso não poder votar e a não regulação do direito de greve dos trabalhadores. Observa-se, também e por conseguinte, um caráter crítico da obra, preocupada com as classes mais baixas da sociedade, com o direito à greve dos trabalhadores e direito ao voto.

Apesar de relativizar a democracia daquele período histórico⁶, Santos não deixa de reconhecer que é muito útil diferenciar as formas de ditadura e lutar contra elas. A principal diferença entre estas formas é que na ditadura via golpe a minoria privilegiada se vê obrigada a rasgar suas próprias leis e isso muda as regras do jogo político, posto que esta minoria passa a não agir mais segundo aquelas. Isto é, o nosso cientista político as vê como expressão de uma minoria, ou, trocando em miúdos, o Estado representa determinadas classes sociais dominantes e não uma esfera neutra, dotada de autonomia, sendo parte integrante do que acontece na sociedade, e o que acontece na sociedade é a luta de classes, narrada por ele como disputas entre o povo - maioria submetida - e a minoria privilegiada.

No livro *Reforma Contra Reforma* (1963), o professor carioca trata da questão sobre se a burguesia tem condições de conduzir o processo de emancipação econômica do Brasil em relação ao imperialismo e quais os limites e raízes desta política de compromisso com o imperialismo. Para tal, deve passar por um tema inevitável no período, a saber: o das reformas estruturais.

⁶ Para uma visão mais ampla sobre a noção de democracia, tal qual trabalhada posteriormente na obra de Santos – em consonância crítica com o conceito de poliarquia, forjado por Robert Dahl (2012) –, ver Moreira (2014).

Seguindo o argumento, não seria de se espantar que não existam vozes contra as reformas, pois, como se sabe, a principal reforma pautada na época era a agrária, e os partidos que representavam o latifúndio - PSD e UDN – admitiam-na ou até chegaram a propô-la. Para explicar tal aparente contradição, nosso autor afirma o seguinte:

o comportamento político dos grupos e das classes rege-se de (em?) conformidade com interesses materiais, econômicos, bem precisos, os quais por sua vez estão longe de se deixar prender pelos raciocínios muito retos e muito tranquilos dos professores de lógica formal e de seus símiles, aos políticos pequeno-burgueses (Santos, 1963: 3).

Posteriormente, afirmará que a pauta da necessidade das reformas pode sim ser assimilada pelos setores conservadores, pois inscreve-se também nos interesses materiais imediatos destes. Para além de entender a razão dos conservadores defenderem alguma reforma, destaca-se neste trecho a visão de Santos sobre comportamento político e partidos, visto que define o comportamento político dos atores políticos como fruto de seu pertencimento a grupos e classes sociais com interesses materiais específicos e vincula o comportamento de parlamentares e partidos a estas mesmas classes sociais. Desta feita, assim como no livro de 1962, vê o Estado como parte da sociedade e da luta de classes e, na obra de 1963, acaba por mostra sua visão sobre partidos na mesma lógica: representando interesses de classes e se comportando como integrantes destas classes.

Nos capítulos seguintes, desenvolve os temas ideologia e populismo. Aquela teria um papel fundamental nos rumos da economia, dado que os problemas econômicos seriam solucionados “de acordo com os interesses dos grupos e classes vitoriosos na luta social. E a luta ideológica, na qual começa a participar o populismo, não é senão um dos aspectos desta luta social, cujas raízes alimentam-se em interesses econômicos distintos e opostos” (Santos, 1963: 59). Isso porque, o desenvolvimentismo teria sido a ideologia dominante no pós 1930, utilizada para se fazer acreditar que a dependência econômica com o exterior estaria liquidada, assim como nossas principais agruras sociais. Todavia, ao não possibilitar o cumprimento destas promessas – acabar com a dependência econômica com o exterior, em suma -, ela teria dado lugar à ideologia populista, vigente à época. Esta nova ideologia dominante almejava justificar uma política baseada em um compromisso entre os interesses da burguesia nacional brasileira de um lado e os interesses do imperialismo e da grande burguesia agrária do outro:

originando-se no seio da burguesia industrial brasileira, e tentando incorporar algumas das teses populares, sem todavia lançar no embate das forças sociais projetos coerentes com essas teses populares, mas ao contrário castrando-as de seu conteúdo efetivamente transformador, começa a ganhar contorno uma ideologia que pretende situar-se a igual distância, não dos extremismos de direita

e de esquerda, como procura disseminar, mas da solução burguesa radical e da solução pro-imperialista, igualmente radical (Santos, 1963: 61).

Para o autor, o termo "esquerda positiva" refere-se ao populismo⁷ e tal ideologia não poderia ser classificada como reacionária pelo motivo de ter condições de impor medidas que contrariam o imperialismo, pois caracterizava-se justamente por tentar conciliar interesses opostos, sendo reacionária em um sentido e progressista em outro. Da mesma forma, a tese ideológica do populismo, ou seja, a de que existem duas esquerdas, uma negativa e positiva, tem implicações progressistas e regressivas, reconhecendo, por um lado, a existência de posições políticas opostas na sociedade, traduzidas em esquerda e direita, mas deslegitimando, por outro lado, a "esquerda negativa"⁸, como se só existissem dois interesses na sociedade, num movimento de deslegitimação das forças progressistas dispostas a irem além dos objetivos almejados pela luta imediata daquele momento.

Ao final do livro, contudo, Santos conclui apontando que o caráter reacionário do populismo é o que sobressai, visto sua tendência a manter as coisas como estão, ou seja, a burguesia não tem força para combater o avanço imperialista e ao mesmo tempo quer que o capital estrangeiro entre no país. Então o que faz é construir uma ideologia a qual não modifica o curso das coisas, de sorte que o povo deve se atentar para isso e lutar contra o populismo.

⁷ Em outra ocasião, Gildo Marçal Brandão utilizará o mesmo conceito, contudo de modo diferente, ao falar sobre o Partido Comunista Brasileiro e sua *forma política* ao menos desde 1930. Década na qual, de acordo com o autor, a possibilidade de uma revolução democrático-burguesa de tipo clássico havia sido descartada e o Brasil havia sido condenado efetivamente à civilização capitalista: "No plano imediato, dado o fato constrangedoramente objetivo da impossibilidade de construir uma identidade coletiva de classe em situação de clandestinidade, a questão da relação *positiva* com as instituições vigentes vem para o primeiro plano, determinando o modo pelo qual classe, movimentos e partidos se constituem como atores sociais e políticos, não sendo todos esses elementos histórico-sociais mera 'matéria', por assim dizer, condições ambientais que permitiram a atualização de um sujeito constituído independente delas, mas pressupostos objetivos sem cuja inteligência o agente não se transforma em sujeito" (Brandão, 1997: 47).

⁸ É interessante observar que também em outro momento e sentido, Antonio Candido irá utilizar designação próxima a fim de sublinhar distinções existentes em meio ao que o crítico literário denomina tradição radical de classe média (2011), entre suas frações positiva e negativa. Grosso modo, a primeira, apesar de crítica ao capitalismo brasileiro, tentaria encontrar uma saída, a qual teria como ponto de fuga um Brasil moderno e coeso, à moda das nações europeias (Arantes e Arantes, 1997), a segunda, por sua vez, teria como objetivo forjar uma crítica sem tréguas ao capitalismo internacional – para mais sobre esta ver também Arantes (1998), deixando-se de lado a possibilidade de se salvar o Brasil: "A nossa cultura brasileira, a nossa cultura universitária brasileira teve sempre uma tendência de ser muito a favor. Quer dizer, isso é um fenômeno natural. Nós sempre fomos um povo de cultura reflexa, porque nós adotamos padrões trazidos pelos nossos conquistadores. De maneira que a cópia, a imitação, são fenômenos normais, fenômenos necessários, sem os quais não poderia haver cultura no Brasil. Então, este fato fez como que os movimentos do contra na cultura brasileira sempre fossem muito temperados. De maneira que 'o contra' e o 'a favor' sempre estiveram intimamente ligados na cultura brasileira. E eu me pergunto se nós já estamos nesta altura do século, nesta altura da evolução da cultura brasileira, se nós já estamos maduros de criar uma cultura do contra, realmente. Não uma cultura alternativa do contra misturada com 'a favor'. [...] De maneira que é preciso agora perceber que nós temos, daqui por diante, nessa fase da cultura brasileira, de nos compor dialeticamente com a mentalidade 'do contra'" (Candido, 2002: 373-374).

É possível identificar no texto em questão, ainda, uma visão da sociedade em que a autonomia do político não é reivindicada, mas ao contrário, trata-se de ideologia e do populismo como políticas de conciliação entre classes sociais. Percebe-se também nesta obra um caráter crítico, que termina chamando o povo para reagir ao populismo.

3 - Final dos anos 1960, IUPERJ e Fundação Ford.

Em 1967, Wanderley Guilherme dos Santos, já professor do IUPERJ, ganha uma bolsa da Fundação Ford para fazer seu doutorado na Universidade de Stanford. Em 1974 é professor visitante na Universidade de Wisconsin e em 1980 da Universidade de Stanford. Santos, à época, não foi o único pesquisador a ser enviado aos Estados Unidos, pois o IUPERJ havia firmado uma parceria com a Fundação Ford e enviava entre quatro e cinco pesquisadores para lá por período, recebendo também professores americanos aqui. É preciso notar que esta fundação investiu em diversos centros de pesquisa no Brasil, como parte de uma política de hegemonia cultural na América Latina, e foi determinante na formação da Ciência Política brasileira, com forte influência americana, ao fim e ao cabo (Forjaz, 1997; Keinert e Silva, 2010). Dois grupos principais são destacados por Forjaz (1997) como protagonistas da formação da Ciência Política brasileira: os pesquisadores da UFMG e os do IUPERJ:

Vários traços comuns caracterizam a trajetória intelectual desse grupo de pesquisadores: a graduação no Curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais, a pós-graduação na FLACSO e nas grandes universidades americanas, o pertencimento a instituições patrocinadas pela Fundação Ford, a rejeição ao marxismo como paradigma teórico, a militância política dos anos 60, a incorporação de modelos teóricos norte-americanos, mas acima de tudo o que unifica o grupo é a construção teórica da autonomia disciplinar da Ciência Política. Conceber a política como uma esfera autônoma da realidade social, com determinações próprias não subordinadas às esferas econômica, social ou cultural, foi a grande contribuição dos mineiros e cariocas (Forjaz, 1997)

De fato, a partir desta época, é possível perceber uma mudança no pensamento do professor do Rio de Janeiro. No seu artigo *Eleição, Representação, Política Substantiva* (1971), repleto de referências de cientistas políticos americanos, discute a relevância ou não dos estudos eleitorais, afirmando que, para serem destacados, devem levar em conta três suposições: a) o voto é guiado pela filiação partidária do eleitor; b) a diversidade partidária implica em diversidade de orientações políticas; c) as políticas postas em prática são reflexos da orientação política do partido no governo. A partir destes pressupostos seria possível entender a seguinte lógica, de suma importância: o partido apresenta suas propostas, o eleitor vota no partido segundo seus interesses

nas propostas apresentadas e o partido vencedor implementa estas. No entanto, o cientista político carioca anuncia que as três suposições são controversas, e começa por questionar a última:

Até que ponto as políticas implementadas na sociedade se originam na matriz parlamentar ou em outro lugar qualquer do sistema político constitui, como é claro, uma forma de especificar uma das perguntas-chave de toda análise política, isto é, quem decide o que sobre o que na sociedade política (Santos, 1971: 9-10).

Daí segue uma discussão sobre quem toma decisões na sociedade política. Neste trecho é possível observar uma abordagem diferente de Santos sobre o sistema político e a sociedade, pois aparece uma divisão entre as duas esferas e fala-se em “sociedade política”. Além disso, destaca que as decisões políticas são tomadas ainda por grandes corporações e pelos órgãos de administração descentralizada da estrutura do Estado, além do legislativo e do governo, impossibilitando relacionar o voto às políticas substantivas implementadas.

Sobre a segunda condição para relevância dos estudos de comportamento eleitoral, argui que as diferenças programáticas tendem a se transformar em definições vagas para conseguir mais votos, “embora seja óbvio que alguma distinção em termos de ação se fará notar, dificilmente se poderá dizer que as diferenças no comportamento são de tal magnitude a justificar a eventual extensão da clivagem eleitoral” (Santos, 1971: 15). Sobre o voto em si, destaca a dimensão de reeleição ou não, isto é, o voto tem um caráter de renovação-inovação ou conservação-rotina, e não cabe analisar o papel dos partidos políticos ou líderes carismáticos sem antes se acumularem pesquisas sobre o voto inovador ou de rotina. É justamente isso que irá fazer em seu artigo de 1977 ao analisar os votos no MDB como voto oposicionista.

Em *As Eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro* (1977), o pesquisador analisa as eleições de 1974 e mostra como elas foram típicas, discordando de análises da época cuja interpretação as tomava como atípicas⁹. De acordo seu raciocínio, o voto urbano estava crescendo e havia chegado o momento em que ele era decisivo na eleição ao se aliar com uma ou outra facção da elite rural. Além disso, destaca a tendência do eleitor brasileiro de votar na oposição, sobretudo as novas gerações de eleitores a partir de 1974, asseverando que este é um fenômeno conhecido em análises eleitorais (de origens norte-americanas). Este voto oposicionista é mais claro nos centros urbanos e se caracteriza não como um apoio estável a um partido, mas como uma tendência a rotatividade dos partidos vencedores. Para as eleições de 1976, encontra a relação entre maior perda da eleição pelo partido do poder em centros urbanizados e industrializados, conseqüentemente nestes locais a tendência é o voto na oposição.

⁹ Santos dialoga sobretudo com as obras de Fábio Wanderley Reis, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier. A obra que resume as visões dos autores sobre o comportamento eleitoral é *Os partidos e as eleições no Brasil* (Lamounier e Cardoso, 1975).

O cientista político carioca ignora e em alguns casos nega, neste artigo, a identificação partidária, a organização da sociedade em classes e os interesses materiais/ econômicos que guiarão o comportamento político dos grupos e classes da sociedade. Percebe-se aí grande influência da Ciência Política americana, sobretudo no que se refere à característica comum dos cientistas políticos brasileiros destacada por Forjaz (1997) sobre a reivindicação da autonomia do político em relação ao social, econômico e cultural.

4 - Stanford e o neoinstitucionalismo.

Não obstante, é só no livro escrito em 1979 e publicado em 1986 - *Sessenta e quatro: anatomia da crise* - que Santos se filia à Ciência Política descrita tanto por Forjaz (1997) quanto por Keinert e Silva (2010). Não à toa, Figueiredo¹⁰ (2013) considera este o seu trabalho mais canônico de Ciência Política, em razão de expressar a independência da dimensão política em relação aos outros campos e poderia ser considerado a vanguarda do campo neoinstitucionalista no Brasil, a qual só viria a se consolidar nos anos 1980 nos Estados Unidos.

O cientista político carioca expõe suas premissas no início do livro, afirmando que para chegar a uma explicação da crise é necessário levar em conta variáveis políticas, sociais e econômicas. Em seguida parte da existência de um paradigma clássico de interpretação do Brasil assentado no diagnóstico de que a urbanização brasileira se deu independentemente da industrialização, acrescentando que este diagnóstico não explica o golpe de 1964 se não forem introduzidas variáveis políticas específicas nele. A consequência eleitoral deste processo de urbanização é a de que os centros urbanos passaram a ter maior peso, pelo menos nas eleições majoritárias, sendo que as eleições proporcionais continuariam a ser ganhas pelas oligarquias rurais. Ao mesmo tempo, outro processo contraditório aconteceu: o desenvolvimento da indústria pela substituição de importações, implicando no não conflito entre burguesia industrial e proprietários de terras. Ademais, o movimento operário não era forte por conta do contingente elástico de mão de obra e do diferencial de salário do operariado urbano. Dado que o processo de urbanização era mais rápido que de industrialização, houve, na cidade, uma concentração de população adulta pronta para ser mobilizada eleitoralmente e o resultado de tudo isso para o sistema político era a constituição de executivos progressistas baseados nas massas e legislativos conservadores controlados pela oligarquia rural.

Este é o paradigma clássico com o qual o autor dialoga e, em certa medida, concorda, mas, ao mesmo tempo, acredita que há inconsistências nele, como, por exemplo, o fato de nunca haver

¹⁰ Autora que reconhecidamente compartilha das opções teóricas e metodológicas adotadas pela Ciência Política brasileira a partir da década de 1960, para mais sobre a trajetória desta cientista política, ver Figueiredo (2016).

provado que o legislativo se opusesse às propostas modernizantes do executivo, assim como não se pode afirmar o caráter progressista dos executivos. Outrossim, o autor argumenta que os industriais, as massas marginais e os proprietários de terra conservadores estão muito agregados para se entender o que acontece no nível político de cada grupo, porquanto a "dinâmica da competição política entre partidos, e de facções dentro de partidos, não representa apenas um balé metafórico daquilo que ocorre na economia" (Santos, 1986: 21).

Em seguida ressalta a importância das instituições políticas, argumentando que os processos sociais e econômicos são sempre mediados por instituições políticas definidoras de como se transformarão em alternativas políticas a competição social e econômica, de forma que tais instituições produzem impacto sobre o "desenvolvimento ulterior da estrutura social" (Santos, 1986: 21), chegando à principal premissa do trabalho:

conflitos sociais e econômicos geram impactos pela mediação da estrutura e competição políticas. É sobretudo a estrutura do conflito político, em si, que importa para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo (Santos, 1986: 22).

Destarte, pretende mostrar que a crise de 1964 resultou de um imobilismo político que não se constituiu principalmente de uma contradição ou embate entre um legislativo de base rural e conservador e um executivo progressista, mas sim de um conflito político "caracterizado pela dispersão de recursos entre atores radicalizados, impedindo que o sistema tivesse um desempenho adequado e impelindo-o para o tipo de crise que classificarei de "paralisia decisória" (Santos, 1986: 22).

No segundo capítulo, declara que vai apresentar um modelo de análise sobre sistemas políticos e partidários derivando hipóteses sobre crises políticas mais eficaz, segundo argumento, do que aqueles derivados do paradigma clássico brasileiro. Para isso, utiliza o modelo de Sartori (1976) – cientista político italiano - o qual classifica os partidos por sua força (cadeiras no parlamento), ideologia e número de partidos existentes. A partir disto, Sartori cria tipos de sistemas políticos mais ou menos sujeitos à crise e à instabilidade, sendo que os mais sujeitos seriam aqueles caracterizados por serem "pluralistas altamente polarizados", possuidoras das seguintes características: partidos anti-sistema, compostos por oposições bilaterais com um centro ocupado, contando, ainda, com uma oposição irresponsável, dentre outras características, as quais Santos acredita serem as mesmas do sistema político brasileiro entre 1960 e 1964.

A capacidade deste sistema político é medida por sua habilidade em tomar decisões sobre diversas alternativas de políticas. Em dois casos o sistema não as tomará: quando um ator não tem recursos para apoiar sua preferência, ou quando dois atores têm o mesmo nível de recursos, mas suas preferências são fortemente antagônicas. Este tipo de sistema está sujeito a crises, mas não é possível estabelecer o quanto ele pode resistir a elas. Desta feita, a crise de 1964, para Santos,

fora uma crise de paralisia decisória, algo demonstrado pela baixa produção legislativa na câmara dos deputados e uma queda na iniciativa legislativa do executivo.

Outros processos também estiveram presentes em meio à referida crise, como: a crescente fragmentação e polarização política, levando a posições cada vez mais inflexíveis e a um congresso cada vez mais fragmentado. O autor destaca que a fragmentação e a polarização se deram dentro e fora do congresso, fora com a campanha do plebiscito, os conflitos em torno da implementação do Plano Trienal e as disputas em torno da reforma agrária e dentro do congresso com a fragmentação parlamentar, que evoluiu continuamente entre os anos de 1946 a 1962.

Assim sendo, o professor carioca distingue claramente o que acontece no congresso do que acontece na sociedade, como dois processos autônomos, e desta maneira segue a análise das instituições políticas:

Finalmente, as posições assumidas pelos partidos no Congresso, relativamente às políticas constitucionais de Goulart, revelaram tanto a centralidade do conflito institucional quanto o fato de que o sistema partidário estava ordenado ao longo de um *continuum* ideológico esquerda-direita (Santos, 1986: 80)

Em resumo, a tese de Santos é de que o golpe foi derivado de uma crise de paralisia decisória, a qual seria mais importante do que as frenéticas mobilizações políticas que aconteceram no período, posto que a fragmentação e a radicalização dilaceraram o sistema partidário e acabaram com as coligações parlamentares (Santos, 1986: 134). Esta interpretação é muito diferente da que o autor escreve em 1962, quando afirma que o golpe emerge da sociedade e deve ser entendido a partir de suas causas sociais.

Apesar dos dois livros que iniciam e encerram este trabalho serem muito diferentes no que diz respeito à visão do autor sobre o golpe, é possível arriscar um ponto de contato entre as duas visões: tanto em 1962 quanto em 1979, o autor imputa o golpe a uma agenda política de reformas que não tiveram resposta. No entanto, em 1962 o conflito se dá entre classes ou grupos na sociedade e em 1979 o sistema político, entendido esfera autonomizada, não deu resposta a sociedade que fazia demandas a ele, justamente por questões intra-sistema, ao modo de fragmentação e radicalização.

O que impressiona na trajetória de nosso autor é que ele se dedica intensamente em reconstruir o pensamento brasileiro através do levantamento bibliográfico, sobretudo em obras que não foram tratadas neste trabalho, e em seguida afasta-se, em certa medida, do que chama de "paradigma clássico brasileiro". Vale ressaltar, no entanto, que Santos dialoga com este paradigma e com os autores brasileiros, como era característico deste grupo destacado por Forjaz (1997), preocupando-se em criticar a produção isebiana e uspiana. Imputando à primeira o caráter

extracientífico, normativo e ideológico, e à segunda o estilo ensaísta e carente de embasamento empírico e formalizações lógico-matemáticas.

5 – Considerações finais.

Este trabalho procurou apresentar a obra de Wanderley Guilherme dos Santos sobre partidos e eleições a partir de sua visão sobre a política e a sociedade brasileira em geral, passando pelos fatores conjunturais da produção acadêmica no Brasil e nos Estados Unidos. Neste sentido, optou-se por dividir a leitura em três momentos principais, os quais posicionam o autor em relação ao paradigma da autonomia da política, fundamental para a compreensão da Ciência Política na forma pela qual se consolidou no Brasil, e da qual Santos foi um dos pioneiros ao fazer análises baseadas na autonomia do político e das instituições.

Foram destacados alguns livros e artigos representativos das mudanças na análise do cientista político ao longo de sua carreira. Por ser uma obra extensa e que trata de diversos temas, ficaram de fora da análise muitos livros e artigos, de forma que este trabalho não pode ser considerado conclusivo do pensamento de Santos como um todo, contudo apresenta uma abordagem temática de determinado período considerado importante por constituir novos paradigmas do campo da Ciência Política no Brasil.

Referências Bibliográficas:

- Arantes, Paulo. 1998. Ajuste intelectual. In F. Haddad (org.), *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes.
- Arantes, Paulo e Arantes, Otília. 1997. *Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Brandão, Gildo Marçal. 1997. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Candido, Antonio. 2011. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul.
- Candido, Antonio. 2002. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.
- Dahl, Robert. 2012. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.

- Figueiredo, Argelina. 2013. Wanderley Guilherme dos Santos: o cientista político. In O. Dulci (org.), *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Figueiredo, Argelina. 2016. Entrevista com Argelina Figueiredo à Fábio Kersche e João Feres Junior. *Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)*, 8.
- Forjaz, Maria Célia. 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12 (35).
- Keinert, Fábio e Silva, Dimitri. 2010. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, vol. 22 (1): 79-98.
- Lamounier, Bolivar e Cardoso, Fernando Henrique. 1975. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lovatto, Angélica. 2010. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro: nacionalismo e imperialismo nos anos 1960. Londrina, Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina.
- Lynch, Christian. 2013. A institucionalização da área do pensamento político brasileiro no âmbito das ciências sociais: revisitando a pesquisa de Wanderley Guilherme dos Santos (1963-1978). In O. Dulci (org.), *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Moreira, Marcelo Sevaybricker. 2010. A apropriação crítica da teoria poliárquica no pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos. *CSOnline (UFJF)*, 4.
- Moreira, Marcelo Sevaybricker. 2014. A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à Teoria Política. *Dados*, 57.
- Ricupero, Bernardo. 2016. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1962. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1963. *Reforma contra Reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1967. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, 3.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1970. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, 7.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1971. Eleição, representação, política substantiva. *Dados*, 8.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1977. As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro. *Dados*, 14.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1978. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades.

Santos, Wanderley Guilherme dos. 1979. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campos.

Santos, Wanderley Guilherme dos. 1986. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice.

Santos, Wanderley Guilherme dos. 1998. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

Santos, Wanderley Guilherme dos. 2002. *Roteiro bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz.

Sartori, Giovanni. 1976. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editora da UNB.